



# Relatório de Atividades da CPCJ de Matosinhos 2018



## Índice

Introdução.....	5
Breve Enquadramento do Sistema de Proteção em Portugal .....	6
Organização e Funcionamento .....	10
Caracterização e Funcionamento da CPCJ de Matosinhos .....	16
Avaliação da Execução do Plano de Atividades de 2018 .....	21
Atividades Desenvolvidas.....	22
Sessões de Esclarecimento em Meio Escolar.....	22
Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância.....	22
Promoção de Esclarecimento do Trabalho da CPCJ através do Conto João Abraço.....	25
Ação Comemorativa dos 25 anos da CPCJ Matosinhos .....	26
Entrega de Livros.....	27
Análise Processual.....	28
Tabela 1 – Caracterização Processual – Entrada de Processos.....	28
Tabela 2 – Tipologia das Diligências Efetuadas em Pedidos de Colaboração .....	29
Tabela 3 – Entidades Sinalizadoras .....	29
Tabela 4 – Processos Instaurados e Reabertos por Faixa Etária .....	30
Gráfico 1 – Percentagem de Processos Instaurados e Reabertos por Faixa Etária.....	31
Tabela 5 – Processos Instaurados e Reabertos por Faixa Etária/Género .....	31
Tabela 6 – Volume Processual Global por Faixa Etária .....	32
Tabela 7 – Volume Processual Global por Faixa Etária/Sexo .....	32
Tabela 8 – Problemáticas Sinalizadas Por Faixa Etária.....	33
Gráfico 2 – Reaberturas – Reincidência/Nova Situação.....	34
Gráfico 3 – Reaberturas – Arquivamento anterior .....	35
Tabela 9 – Medidas de Promoção e Proteção Acompanhadas.....	35
Tabela 10 – Processos Arquivados por Motivo .....	36
Gráfico 4 – Tipologia Familiar dos Processos Caracterizados .....	37
Gráfico 5 – Caracterização do Apoio Sócio Educativo das Crianças avaliadas e/ou acompanhadas dos 0 aos 5 anos.....	38
Gráfico 6 – Grau de Escolaridade das Crianças e Jovens avaliadas e/ou acompanhados dos 6 aos 21 anos.....	38
Gráfico 7 – Grau de Escolaridade dos Elementos do Agregado Familiar avaliados e acompanhados .....	39
Gráfico 8 – Tipo de Rendimentos dos Elementos dos Agregados Familiares avaliados e acompanhados.....	40
Outros dados relevantes .....	41

Tabela 11 – Distribuição do Volume Processual por União de Freguesias .....	41
Considerações Finais .....	42
Referências Bibliográficas .....	44

## Introdução

No ano de 2018 a Comissão de Proteção de Matosinhos comemorou os 25 anos da sua criação.

Foi tempo de olhar para o caminho percorrido e refletir para, de forma fundamentada, pensar o que falta promover para que os direitos da criança consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança sejam devidamente respeitados por todos.

Os direitos fundamentais, como a integridade física e emocional, liberdade de expressão, participação e audição em tudo o que lhe diga respeito, são cada vez mais reconhecidos, alargando a intervenção para além da proteção para a promoção dos seus direitos.

No caso das situações de perigo, compete à CPCJ e aos tribunais a aplicação de medidas de promoção e proteção para garantir o bem-estar, segurança e desenvolvimento adequados das crianças e jovens.

É, também, missão da CPCJ promover ações, realizar diagnósticos de necessidades, mobilizar recursos e colaborar com programas e projetos na comunidade que afastem as crianças e jovens das situações de perigo.

O presente relatório referente à atividade desenvolvida pela CPCJ de Matosinhos no ano de 2018, pretende ser um instrumento de reflexão, análise e ponto de partida para intervenções futuras.

Na primeira parte é realizada uma pequena resenha histórica de evolução do sistema de proteção até à última alteração legislativa, focando-se particularmente sobre a lógica de intervenção. É, ainda, apresentada a organização e funcionamento das CPCJ, especificando a CPCJ de Matosinhos.

A segunda parte diz respeito à avaliação da Execução do Plano de Atividades.

Seguidamente são apresentados os dados referentes à caracterização processual desenvolvida em sede de Comissão Restrita, de acordo com os dados do Sistema de Gestão Informática dos processos de promoção e proteção e gestão das CPCJ.

Para finalizar, apresentamos algumas considerações finais.

## Breve Enquadramento do Sistema de Proteção em Portugal

A emergência do regime jurídico de menores está intimamente associada a uma intervenção socioeducativa, não repressiva que foi constituída sob o princípio básico de defesa social através de medidas de protecionismo e assistencialismo, que visavam a reeducação e ressocialização. Contudo, foi necessário percorrer um longo caminho que vai desde a descoberta da criança, passa pela criação dos Tribunais de menores até ao novo paradigma introduzido pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº147/99 de 1 de setembro), entretanto revista em 2015.

Ao longo da história, desde a Antiguidade, passando pela Idade Média até meados do séc. XIX a criança não beneficiava de condição, estatuto, tratamento diferenciado de um adulto. Daí que a necessidade da sua proteção, tendo em conta as suas necessidades específicas e fases de desenvolvimento não existiam. No séc. XVII e XVIII a proteção infantil era feita mediante internamento em instituição, não para sua própria proteção, mas da sociedade (sendo este um mal menor, comparado com o infanticídio) (Magalhães, 2004).

Em 1874, o caso de Mary Ellen é reconhecido como o primeiro processo de maus tratos infantis. Tratava-se de uma menina de nove anos, de Nova York, constantemente espancada e negligenciada encontrada em casa amarrada. Estes atos não eram considerados delitos. Em sua defesa no processo judicial recorreram à Sociedade Americana para a Prevenção da crueldade com os animais, alegando que a criança merecia tanta proteção como um cão (Magalhães, 2004). A temática dos maus tratos e negligência começa a ser estudada pelas várias áreas disciplinares (medicina, direito, psicologia, pedagogia ou serviço social) abrindo caminho para legitimação de uma intervenção protecionista por parte do Estado.

No final do século XIX e início do século XX, as crianças foram usadas como mão de obra na altura da Revolução Industrial, ocupando cargos laborais na área dos minérios, siderurgia e indústria têxtil. Constituindo-se mão de obra barata, por cobrarem duas ou três vezes menos que um adulto, queixavam-se também menos e cumpriam jornadas de trabalho de 12/14 horas, sem possibilidade de frequentarem escola ou brincarem. A abolição do trabalho infantil e o cuidado dos órfãos que viviam em situações de pobreza extrema nas grandes cidades e sem nenhum tipo de controlo, foram dois dos pontos que impulsionaram a britânica Eglantyne Jebb a fundar a Save the Children e, assim, impulsionar então a Declaração de Genebra. Esta, conferia ao menor o direito à alimentação, a ser socorrido em primeiro lugar no caso de ocorrência de catástrofe, serem atendidas as suas necessidades e ser educado.

Em Portugal, nos primeiros anos do séc. XX é aprovada a Lei de Proteção à Infância, a 27 de maio de 1911, consequência de uma preocupação autónoma do direito, cabendo ao Estado o papel de proteção, educação e correção.

Este novo direito caracteriza-se por ser essencialmente preventivo, tutelar e subjetivo. A sua ação jurisdicional aplica-se sobre os menores que já delinquiram e sobre aqueles que se encontrem em situação de perigo moral. De acordo com o art.º 26º, em perigo moral encontravam-se todos os menores que não tinham domicílio certo, nem meios de subsistência; por não terem pais ou tutores, ou que tinham, mas que fossem incapazes ou incompetentes no cumprimento dos seus deveres, que os maltratassem ou desprezassem, dando-lhes maus exemplos, pervertendo-os e induzindo-os a cometer crimes, a mendigar e a prostituir-se. Encontram-se também em perigo moral todos os menores habitualmente ociosos, refratários ao trabalho, vagabundos, mendigos e libertinos (Santos, 1925). Foram também criadas a Tutoria da Infância de Lisboa, e em 24 de abril de 1912 a Tutoria do Porto que se destinavam a guardar, defender e proteger os menores em perigo moral, desamparados ou delinquentes, sob a divisa: educação e trabalho (art. 2º), deixando de se aplicar aos menores o Código Penal e o processo criminal comum.

A intervenção tinha uma orientação positivista, acreditando que o comportamento dos menores era determinado por fatores (biológicos, psicológicos e sociais) que o menor não controlava, necessitando de reabilitação pautada por forte vigilância moral, disciplinar e valorização do trabalho (Lopes & Carmo, 2001).

Em 1962, procede-se à reforma dos serviços tutelares de menores, criando-se os Centros de Observação e Ação Social (COAS), simplificando todo o processo, realçando a necessidade da individualização das medidas, reforçando a importância da observação e prevendo o recrutamento de especialistas (educadores, psiquiatras e psicólogos) para acompanhamento dos menores. O Decreto-lei nº 44288 de 20 de Abril de 1968 vem acentuar a necessidade de uma orientação protecionista que vem a ser mantida na última Organização Tutelar de Menores<sup>1</sup> (Lopes & Carmo, 2001).

Os COAS são órgãos autónomos, dependentes hierarquicamente do Ministério da Justiça, que tem por finalidade o exercício da ação social sobre os menores e o seu meio, a sua observação, aplicação de medidas de proteção a menores de 12 anos, apoio à execução de

---

<sup>1</sup> Decreto-lei nº 314/78 de 27 de Outubro

medidas tutelares decretadas pelos tribunais e a colaboração com organismos públicos e privados que se ocupem da proteção de menores.

Em 20 de novembro de 1989, é publicada a Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas, tendo sido ratificada por Portugal no ano seguinte. Também em 1990 a referida Convenção é convertida em Lei, após ter sido assinada por 20 países. A Convenção, constituída por 54 artigos, abarcam os direitos económicos, sociais, culturais, civis e políticos de todas as crianças, definindo ainda as responsabilidades de pais, professores, médicos, etc. O cumprimento destes artigos é regulado pelo Comité dos Direitos da Criança, constituído por 18 especialistas internacionais em direitos da infância. Conta, ainda, com três protocolos que o complementam: um relativo ao tráfico de crianças e prostituição infantil; outro relativo à participação de crianças em conflitos armados e um terceiro relativo aos procedimentos de comunicação para apresentar denúncias ao referido Comité.

Em 1991, reconhecendo a importância e vantagem da intervenção da comunidade na proteção de crianças em perigo, são criadas as Comissões de Proteção de Menores, através do Decreto-lei nº 189/91 de 17 de maio, com autonomia funcional, aplicando medidas de promoção e proteção, mediante instauração de processo de natureza administrativa mediante consentimento para a intervenção dos pais, representantes legais ou detentores da guarda de facto.

Apesar da necessidade reconhecida de mudança, este diploma continua a orientar-se pelos princípios que vem regendo a intervenção nesta área.

Toda a intervenção tutelar era orientada por um “modelo protecionista”, que foi posto em causa, especialmente a partir dos anos 60, com a emergência de novas formas de violência juvenil, movimentos de contestação global e rebelião à escola e à família, factos que agravaram a crise deste modelo. O modelo de proteção começa a ser posto em causa, emergindo o modelo de justiça que privilegia a defesa da sociedade, com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos menores. Os novos modelos de justiça de menores apelam à participação ativa da comunidade, numa relação de parceria com o Estado, potenciando energias locais através do estabelecimento de redes de desenvolvimento social (Proposta de lei n.º 265/VII in Ramião, 2010). Assim, a intervenção ao nível da infância passa da mera proteção à promoção e proteção dos seus direitos, reconhecendo-se que as crianças e jovens são atores sociais cujo desenvolvimento pleno implica a realização de direitos sociais, culturais, económicos e civis, de acordo com uma perspetiva global de responsabilidade e solidariedade social (ibidem).



Diagnosticada a ineficácia da intervenção estadual junto dos menores, principalmente porque se torna claro que a intervenção relativa aos menores infratores não pode ser idêntica à que se aplica às situações de menores em risco são aprovadas em 1999 a Lei nº147/99 - Lei de Proteção de crianças e jovens em perigo e a Lei nº 166/99 - Lei Tutelar Educativa, que entram em vigor em janeiro de 2001, distinguindo-se estas duas situações.

Apesar da necessidade de alteração do paradigma dominante, os resultados positivos apresentados pelas Comissões de proteção eram inegáveis, pelo que no âmbito da nova lei continuam a ser instituições privilegiadas na área da promoção e proteção.

Contudo, esta profunda reforma do sistema de proteção de crianças e jovens em risco implicou uma reorganização das Comissões de Proteção de Menores a diversos níveis, principalmente ao nível do seu funcionamento. Passam a designar-se Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, reforçando-se o seu papel ao nível da prevenção de situações de perigo e a sua intervenção ao nível de situações concretas de perigo para as crianças e jovens.

Passam a funcionar em modalidade restrita e alargada e são tipificadas as medidas de promoção e proteção aplicáveis à criança ou jovem, contrariamente ao que sucedia no regime anterior.

A Lei de Proteção foi revista em 2015, pela Lei n.º 142 de 8 de setembro, mantendo-se o pressuposto da intervenção ao nível das situações de perigo, sendo a CPCJ o segundo patamar sucessivo e subsidiário, devendo o Tribunal ser o último a intervir e as entidades com competência em matéria de infância e juventude a base deste trabalho.

## Organização e Funcionamento

As comissões de proteção de crianças e jovens, que exercem a sua competência na área territorial a que pertencem, são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral (art.º 1º). A sua constituição pretendeu, ainda, evitar o contato desnecessário do menor com o Tribunal, bem como fomentar o envolvimento da comunidade local na resolução dos problemas das suas crianças e jovens.

De acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, considera-se criança ou jovem a pessoa, com menos de 18 anos de idade ou com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos, e ainda a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durarem, processos educativos ou de formação profissional [art. 5º, alínea a)].

A Comissão de Promoção de Crianças e Jovens tem legitimidade para intervir quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto, ponham em perigo a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento da criança ou jovem, ou quando o perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-los (art. 3º, n.º 1).

Considera-se, então, que a criança ou jovem se encontra em situação de perigo quando (art. 3º, n.º 2):

- a) Está abandonada ou entregue a si própria;
- b) Sofre de maus-tratos físicos ou psicológicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe cuidados ou afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetam gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;

- g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tem a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

As situações de perigo estão intrinsecamente ligadas aos direitos fundamentais das crianças e jovens elencados na Convenção dos Direitos da Criança.

Na sua falta, impossibilidade ou incapacidade, compete às entidades com competência em matéria de infância e juventude intervir de modo a assegurar a proteção adequada à situação, como representado na figura 1.



Figura 1 – Intervenção subsidiária em situações de perigo

Quando não seja possível a estas entidades, de forma adequada e suficiente, remover o perigo deverá esta ser sinalizada à CPCJ competente.

A intervenção judicial tem lugar quando (art.º 11º):

- Não esteja instalada Comissão de Proteção de Crianças e Jovens com competência no município ou freguesia da respetiva área da residência ou a Comissão não tenha competência, nos termos da Lei, para aplicar a medida de promoção e proteção adequada;
- A pessoa que deva prestar consentimento nos termos do art.º 9º haja sido pela indiciada pela prática de crime contra a liberdade ou a autodeterminação sexual que vitime a criança ou jovem carecidos de proteção ou quando, contra aquela tenha sido deduzida queixa contra a prática de qualquer dos referidos crimes;
- Não seja prestado ou seja retirado o consentimento necessário à intervenção da Comissão de Proteção, quando o acordo de promoção e proteção seja reiteradamente

não cumprido ou quando ocorra incumprimento do referido acordo de que resulte situação de grave perigo para a criança;

- d) Não seja obtido acordo de promoção e proteção mantendo-se a situação que justifique a aplicação da medida;
- e) A criança ou o jovem se oponham à intervenção da Comissão nos termos do art.º 10º;
- f) A Comissão de Proteção não obtenha disponibilidade dos meios necessários para aplicar ou executar a medida que considere adequada, nomeadamente por oposição de um serviço ou entidade;
- g) Decorridos 6 meses após o conhecimento da situação pela Comissão de Proteção não tenha sido proferida qualquer decisão e os pais, representante ou pessoas que tenham a guarda de facto da criança ou jovem requeiram a intervenção judicial;
- h) O Ministério Público considere que a decisão da Comissão de Proteção é ilegal ou inadequada à promoção dos direitos ou à proteção da criança ou do jovem;
- i) o processo da Comissão de Proteção seja apensado a processo judicial nos termos da Lei;
- j) Na sequência da aplicação de procedimento urgente previsto no art.º 91º.

O artigo 91º é criado, no âmbito da LPCJR, como um procedimento para situações de urgência quando exista perigo atual ou eminente para a vida ou integridade física da criança ou jovem, tomando as medidas adequadas à sua proteção imediata e imediato afastamento de perigo.

Havendo sinalização à CPCJ, a intervenção desta segue princípios orientadores específicos, a saber (art. 4º):

- a) Interesse superior da criança e do jovem;
- b) Privacidade;
- c) Intervenção precoce;
- d) Intervenção mínima;
- e) Proporcionalidade e atualidade;
- f) Responsabilidade parental;
- g) Primado da continuidade das relações psicológicas profundas;
- h) Prevalência da família;
- i) Obrigatoriedade da informação;
- j) Audição obrigatória e participação;

k) Subsidiariedade.

Decorrente do princípio da responsabilidade parental, a intervenção da Comissão depende do consentimento expresso dos pais, representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto [art.º 9º]. Esta exigência tem fundamentos constitucionais, mas também apresenta um valor estratégico uma vez que, para o êxito da intervenção, é essencial o envolvimento, colaboração e motivação, vistos como impulsionadores para a mudança. É, também, necessária a não oposição da criança com idade igual ou superior a 12 anos (art. 10º), com capacidade e maturidade para compreender os objetivos da intervenção. A participação da criança com menos de 12 anos é também aconselhável seja por audição ou observação.

Tal como referido anteriormente, a Lei de Proteção contempla, no funcionamento das CPCJ, a modalidade alargada e a modalidade restrita, sem perda da sua unidade como entidade.

De acordo com o disposto no art. 17º da referida Lei, a Comissão Alargada é composta por:

- a) Um representante do município;
- b) Um representante da segurança social;
- c) Um representante dos serviços do Ministério da Educação;
- d) Um representante do Ministério da Saúde;
- e) Um representante das instituições particulares de solidariedade social ou de outras organizações não governamentais, que desenvolvam (...) respostas sociais de carácter não residencial (...);
- f) Um representante do organismo público competente em matéria de emprego e formação profissional;
- g) Um representante das instituições particulares de solidariedade social ou de outras organizações não governamentais, que desenvolvam (...) respostas sociais de carácter residencial (...);
- h) Um representante das associações de pais existentes na área de competência da comissão de proteção;
- i) Um representante das associações ou outras organizações privadas que desenvolvam na área de competência da comissão de proteção, atividades desportivas, culturais ou recreativas destinadas a crianças e jovens;
- j) Um representante das associações de jovens existentes na área de competência da comissão de proteção ou um representante dos serviços de juventude;
- k) Um representante de cada força de segurança, dependente do Ministério da Administração Interna, presente na área territorial da comissão de proteção;

- l) Quatro cidadãos eleitores (...), designados pela assembleia municipal, ou pelas assembleias municipais ou assembleias de freguesia (...);
- m) Os técnicos que venham a ser cooptados pela comissão, com formação, designadamente, em serviço social, psicologia, saúde ou direito, ou cidadãos com especial interesse pelos problemas da infância e juventude.

É da competência da comissão alargada o desenvolvimento de ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem, devendo articular com a Rede Social Local (art. 18º). Funciona em plenário ou por grupos de trabalho para assuntos específicos, com periodicidade mensal, sendo que o exercício de funções da mesma pressupõe a afetação dos comissários para trabalho efetivo na Comissão por um período não inferior a oito horas mensais (art. 19º).

A Comissão Restrita é composta sempre por número ímpar, nunca inferior a cinco elementos que integram a comissão alargada. Da sua composição fazem sempre parte o presidente da comissão de proteção e o representante do município, bem como os representantes da segurança social, da educação e da saúde, quando não exerçam a presidência. Os restantes elementos são designados pela comissão alargada, devendo a comissão restrita ter uma composição interdisciplinar e interinstitucional, especialmente pessoas com formação em serviço social, psicologia, direito, educação e saúde (art.º 20º).

À comissão restrita compete intervir nas situações em que uma criança ou jovem esteja em perigo. Esta funciona em permanência, sendo que o plenário reúne sempre que convocado pelo presidente, no mínimo com uma periodicidade quinzenal, e distribui pelos membros as diligências a efetuar nos processos de promoção e proteção das crianças e jovens em perigo. Adicionalmente, a comissão restrita funcionará sempre que se verifique situação qualificada de emergência que o justifique (art.º 22º). É à comissão restrita que compete a gestão dos processos de promoção e proteção e eventual aplicação de medidas de promoção e proteção, com a exceção da medida a pessoa ou a instituição selecionada com vista a futura adoção.

Quando é rececionada uma sinalização, inicia-se uma análise preliminar da mesma e define-se o passo seguinte de acordo com a rede formal de intervenção:

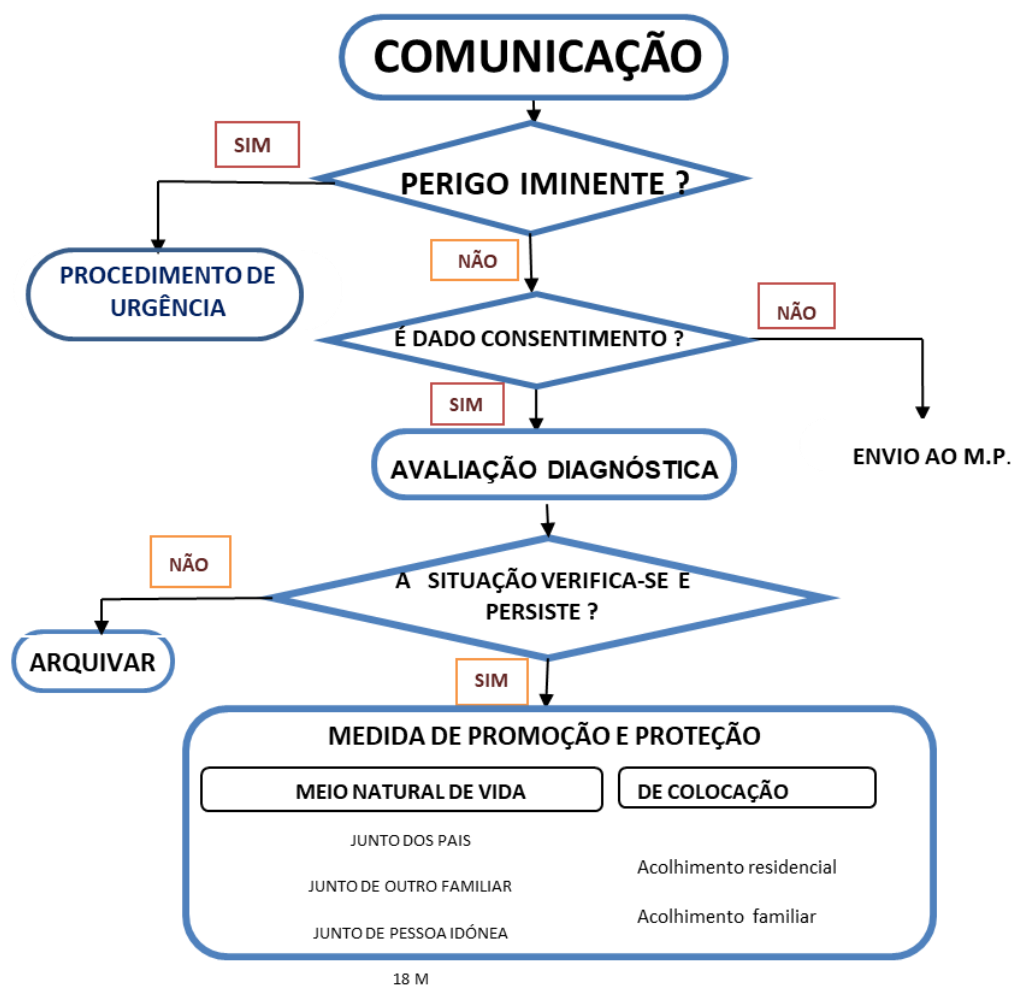


Figura 2 – Rede Formal de Intervenção

Aferindo-se a necessidade de aplicar medida de promoção e proteção, estas podem ser (art.º 35º, n.º 1):

- Medidas a executar em meio natural de vida: Apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea, apoio para autonomia de vida;
- Medidas de colocação: acolhimento familiar, acolhimento residencial.

Estas medidas poderão ser aplicadas definitiva ou provisoriamente (art.º 37º). A sua finalidade consiste em afastar o perigo em que a criança e jovem se encontra, proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral e garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso. As medidas a executar em meio natural de vida tem uma duração máxima de um ano, podendo ser prorrogadas até 18 meses (art.º 60º). As medidas de colocação têm a duração estabelecida no acordo (art.º 61).

## Caracterização e Funcionamento da CPCJ de Matosinhos

No ano de 2018, na sua modalidade alargada, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Matosinhos foi composta por:

- 4 Elementos da Assembleia Municipal;
- 1 Representante da Associação de Pais;
- 1 Representante da ADEIMA;
- 1 Representante da Obra Padre Grilo;
- 1 Representante da PSP;
- 1 Representante da GNR;
- 1 Representante do Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- 1 Representante do Município de Matosinhos;
- 1 Representante da Segurança Social;
- 1 Representante do Ministério da Saúde;
- 1 Representante do Ministério da Educação;
- 5 Elementos Cooptados.

Esta reuniu três vezes, tendo-se ainda criado grupos de trabalho sobre temáticas específicas, tendo os mesmos reunido uma vez. Estes grupos de trabalho foram constituídos no sentido da definição do plano de atividades para 2019, tendo-se organizado por áreas temáticas, nomeadamente atividades a desenvolver no âmbito do mês da prevenção dos maus tratos na infância, atividades de prevenção a desenvolver no âmbito da saúde e atividades de prevenção a desenvolver no âmbito da educação.

Na sua modalidade restrita, a Comissão foi composta por:

- 1 Representante do Município de Matosinhos;
- 1 Representante da Segurança Social;
- 1 Representante do Ministério da Educação;
- 1 Representante do Ministério da Saúde (presente nas reuniões restritas);
- 3 Elementos Cooptados;

Adicionalmente, e ainda que não se constituam como parte integrante da comissão restrita a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Matosinhos contou ainda com os seguintes elementos de apoio técnico:

- 2 Elementos de Apoio Técnico da Segurança Social;

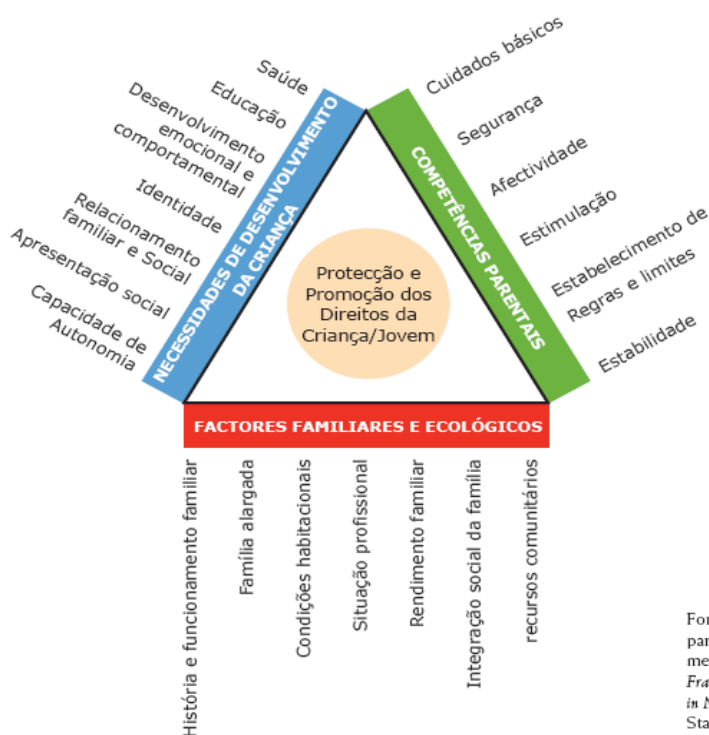


- 1 Elemento de Apoio técnico do Ministério da Educação
- 3 Elementos de apoio técnico da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens;

A comissão restrita reuniu, com uma periodicidade semanal e nas situações de emergência.

No âmbito da avaliação das situações de risco e posterior intervenção, a C.P.C.J desenvolve o seu trabalho centrando-se na criança, sendo na sua generalidade aplicado o modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção, avaliando-se os fatores familiares e ecológicos, as competências parentais e as necessidades de desenvolvimento da criança, identificando-se a estes três níveis, fatores de risco e de proteção, conforme a figura 2.

Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção nas Situações de Risco e de Perigo



Fonte: Department of Health, Department for Education and Employment and the Home Office (2000). *Framework for the Assessment of Children in Need and Their Families*. London: The Stationery Office.

Figura 3 – Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção

A complexidade deste modelo permite, de uma forma organizada, aceder à singularidade de cada situação.

A C.P.C.J desenvolve um trabalho de proximidade com a comunidade, verificando-se uma articulação em particular com as diversas entidades locais com competência em matéria de infância e juventude.

A este nível, para além da colaboração no âmbito do acompanhamento dos processos a CPCJ estabeleceu parcerias formais nas seguintes iniciativas do concelho:

- **Projeto SIGA** – Promovido pela ADEIMA e financiado pelo Programa Escolhas, desenvolveu a sua intervenção junto do Conjunto Habitacional do Seixo, com o objetivo de aumentar as competências pessoais, sociais, escolares e pré-profissionais de crianças, jovens e seus familiares, contribuindo para o seu sucesso escolar, integração social e participação cívica. A sua intervenção assentou nos princípios de oportunidades e o reforço da coesão social;
- **Projeto Escolhas – Segunda Oportunidade** – Promovido pela Associação para Educação de Segunda Oportunidade, tem como objetivo a prevenção do abandono escolar precoce e a compensação para os jovens em abandono. Esta intervenção tem por base metodologias e instrumentos artísticos e/ou desportivos, promovendo a inclusão social de jovens provenientes de contextos vulneráveis, a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. Trata-se de uma resposta de transição entre o abandono escolar e a formação e/ou emprego.

Neste âmbito, salienta-se a participação desta CPCJ no *“Encontro Nacional de Iniciativas de Educação de Segunda Oportunidade, por uma Política para a Redução do Abandono Precoce”*, em conjunto com a Camara Municipal de Matosinhos (CMM), bem como na *“Conferência Internacional da Escola de Segunda Oportunidade”*, realizada no Salão Nobre da CMM;

- **RIV – Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Contexto Familiar de Matosinhos** – promovido pela CMM, decorre da assinatura de um protocolo entre as várias instituições do concelho que têm intervenção na área, designadamente, a CMM, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), o Ministério Público do Tribunal de Matosinhos, as forças de segurança (GNR e PSP), a Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Matosinhos), a Associação Plano i (APi), os Serviços de Saúde (Unidade Local de Saúde de Matosinhos e Hospital Magalhães Lemos), a Segurança Social (Centro Distrital do Porto), a ADEIMA, o Centro de Emprego de Matosinhos, a MatosinhosHabit, e esta CPCJ. Tem como finalidade agilizar os procedimentos de referenciação, tornar a intervenção nas situações de violência mais célere e mais eficaz, e promover a mudança social no sentido da tolerância zero à violência, decorrendo do trabalho de cooperação interinstitucional de desenvolvimento de um modelo de atuação integrado, que se pretende operacionalizar no concelho;

- **Rede Social** – a CPCJ faz parte do núcleo executivo da Rede Social de Matosinhos que é constituído também pelas seguintes entidades: Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos – ADEIMA; Associação Empresarial do Concelho de Matosinhos; Centro de Emprego de Matosinhos; Centro de Respostas Integradas Porto Ocidental - Unidade de Matosinhos; Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Matosinhos; MatosinhosHabit - Empresa Municipal de Habitação; Segurança Social - Equipa de Ação Social de Matosinhos e Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E. Esta rede partilha esforços, recursos e ações para executar políticas de intervenção solidária face aos diferentes problemas sociais e estimular o desenvolvimento social local. A CPCJ está presente, contribuindo para a realização de ações e projetos, e ainda para a estruturação do Plano de Desenvolvimento Social.

Adicionalmente, o trabalho das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens implica uma articulação estreita com o Ministério Público, com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e com a sua Equipa Regional.

Ao abrigo a Circular 3/2006 da PGR de 20 de março, ao Ministério Público compete a fiscalização, uma vez por mês, da adequação da avaliação/medidas aplicadas pela CPCJ nos processos de promoção e proteção sinalizados por maus tratos físicos, abuso sexual e negligência grave.

A CPCJ de Matosinhos participou nas seguintes iniciativas:

- Grupo de Discussão sobre a Reformulação da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, promovido pelo CESIS (Centro de Estudos para a Intervenção Social), com o objetivo de definir estratégias locais de participação para a reformulação da estratégia nacional para a integração de comunidades ciganas;
- Encontro Regional das CPCJ da Região Norte, que contou com a presença da Sr.ª Presidente da CNPDPCJ, Dr.ª Rosário Farmhause, e a Sr.ª Secretária de Estado, Dr.ª Ana Sofia Antunes;
- Participação no Encontro Nacional de Avaliação das CPCJ, organizado pela CNPDPCJ, sob a temática “Ser Criança no Século XXI”.

No sentido de melhorar o conhecimento prático e científico ao nível da intervenção junto de crianças e jovens é indispensável que os técnicos que desempenham funções nas CPCJ's estejam em constante formação.

Assim, no ano de 2018 os membros desta Comissão, participaram, em várias ações de formação, nomeadamente:

- Conferência “(Re)Formulação de Projetos de Vida: Entre o Perder e o Recomeçar”, Cruz Vermelha Portuguesa – 7 horas;
- Seminário “Habitação e Direitos Humanos”, MatosinhosHabit – 7 horas;
- Seminário Aprofundado em Psicologia “Educação Parental”, Universidade Católica Portuguesa – 3 horas;
- “Atendimento e Técnicas de Comunicação”, MatosinhosHabit – 25 horas;
- Curso de Técnico de Apoio à Vítima, Fios e Desafios – 90 horas;
- Workshop “Violência no Namoro”, UNI+ – 7 horas;
- “Educação e Acolhimento Residencial”, Universidade Católica – 7 horas;
- I Jornadas sobre Parentalidade do Porto “Evoluir do Conflito Parental para a Coparentalidade”, Associação ASOS – 7 horas.

Mais ainda, a CNPDPCJ iniciou o plano de formação plurianual direcionado aos membros das CPCJ, cofinanciado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) / FSE, pelo que as técnicas da CPCJ participaram nos 4 módulos de formação disponíveis:

- Curso I – Enquadramento do Sistema de Proteção e Crianças e Jovens (7 horas);
- Curso II – Avaliação e Intervenção no Sistema de Promoção e Proteção (14 horas);
- Curso III – Processo de Promoção e Proteção no Sistema de Gestão das CPCJ (14 horas);
- Curso IV – Aprofundamento da Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo através do Estudo de Caso (7 horas).

Para além disso, a CPCJ de Matosinhos marcou presença nas seguintes ações do concelho:

- Celebração do Dia Internacional da Cidade Educadora, organizado pela CMM, no Teatro Municipal de Matosinhos, Constantino Nery;
- Sessão de Esclarecimento sobre o *Projeto BIIP* – Boas Ideias em Irmãos Passos, “Dinâmicas familiares: prevenir para não remediar!”, dirigido aos docentes do agrupamento, onde foram oradores elementos da CPCJ.
- Sessão sobre Casamentos Forçados e/ou Precoces, promovida pela Associação para o Planeamento da Família (APF) Norte, onde a Presidente da CPCJ foi oradora (Figura X).

## Avaliação da Execução do Plano de Atividades de 2018

Nº da ação	Competências (artº 18º)	Ação	Âmbito	Nome	Data de início	Data de fim	Local	Entidade Promotora	Parceiros Envolvidos	Destinatários	N.º de Participantes	Objetivos (Resultados Esperados)	Plano Anual de Atividades	Resultado Atingido	Avaliação de Resultados (de 1 a 4, em que 1 é o Não Atingido e 4 Superado)
1	a) Informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades;	Atividade(s)	Mês de Prevenção dos Maus Tratos na Infância	Laço Azul Gigante	01/04/2018	30/04/2018	Agrupamentos de Escolas de Matosinhos	CPCJ Matosinhos	Agrupamentos de Escolas	Crianças/Jovens	Comunidade Escolar	Adesão de todos os Agrupamentos de Escolas	Previsto	Sim	4 - Superado
2	a) Informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades;	Iniciativa pontual	Mês de Prevenção dos Maus Tratos na Infância	Distribuição do Laço Azul	27/04/2018	27/04/2018	Centros de Saúde de Matosinhos e IEFP	CPCJ Matosinhos	Centros de Saúde de Matosinhos e IEFP	Comunidade	Comunidade	Ação informativa	Previsto	Sim	4 - Superado
3	a) Informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades;	Iniciativa pontual	Mês de Prevenção dos Maus Tratos na Infância	Distribuição de Material Informativo	01/04/2018	30/04/2018	Instituições do Concelho	CPCJ Matosinhos	Instituições do Concelho	Comunidade	Comunidade	Informação	Previsto	Sim	3 - Atingido
4	a) Informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades;	Iniciativa pontual	Outra	Comemoração do Dia Mundial da Criança	01/06/2018	01/06/2018							Previsto	Não	1 - Não Atingido
5	a) Informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades;	Atividade(s)	Outra	João Abraço	01/03/2018	31/12/2018	Agrupamentos de Escolas de Matosinhos	CPCJ Matosinhos	Agrupamentos de Escolas	Crianças	Alunos do 4º ano de escolaridade	Desmitificação da intervenção da CPCJ	Previsto	Não	2 - Atingido Parcialmente
6	e) Colaborar com as entidades competentes na constituição, funcionamento e formulação de projetos e iniciativas de desenvolvimento social local na área da infância e da juventude;	Projeto		Programa de trabalho na área das competências parentais	01/03/2018	31/12/2018	PIAC	PIAC	CPCJ Matosinhos	Famílias	<20	Melhoria das competências parentais	Previsto	Não	1 - Não Atingido
7	b) Promover ações e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a deteção dos factos e situações que, na área da sua competência territorial, afetem os direitos e interesses da criança e do jovem, ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação ou educação ou se mostrem desfavoráveis ao seu desenvolvimento e inserção social;	Reunião	Outra	Sessões periódicas de avaliação de situações acompanhadas pela CPCJ	01/03/2018	31/12/2018	Agrupamentos de Escolas de Matosinhos	CPCJ Matosinhos	Agrupamentos de Escolas	Técnicos/os	Técnicos da comunidade escolar	Articulação entre Escola e CPCJ	Previsto	Sim	3 - Atingido
8	b) Promover ações e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a deteção dos factos e situações que, na área da sua competência territorial, afetem os direitos e interesses da criança e do jovem, ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação ou educação ou se mostrem desfavoráveis ao seu desenvolvimento e inserção social;	Encontro	Outra	Ciclo de workshops sobre temas na área da Promoção e Proteção	01/11/2018	30/11/2018	A designar	CPCJ Matosinhos	A designar	Comunidade	>50	Ação informativa	Previsto	Não	1 - Não Atingido
9	a) Informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades;	Encontro	Outra	Intervenção na área da promoção e proteção de crianças e jovens - aprendizagens do passado e desafios para o futuro.	20/12/2018	20/12/2018	Auditório Obra do Padre Grilo	CPCJ Matosinhos	Obra do Padre Grilo; Câmara Municipal de Matosinhos	Comunidade	>50	Ação comemorativa e informativa	Não Previsto	Sim	4 - Superado

## Atividades Desenvolvidas

### Sessões de Esclarecimento em Meio Escolar

Procurando facilitar e melhorar a articulação com as escolas, a equipa da Educação desta Comissão realizou várias sessões de esclarecimento com todos os agrupamentos de escola, escolas não agrupadas, e escolas profissionais do concelho, estabelecendo canais, formas de comunicação, e interlocutores privilegiados.

Nestas sessões, foram abordados diversos temas, nomeadamente os procedimentos a adotar no âmbito da promoção dos direitos das crianças e jovens.

De forma a facilitar o cumprimento deste objetivo, as escolas foram divididas de forma igualitária entre os elementos da equipa da Educação. As professoras destacadas na CPCJ reuniram mensalmente com os interlocutores dos estabelecimentos de ensino, de forma a agilizar a informação prestada, articular esforços, e analisar situações.

Destaca-se que em junho de 2018, foi realizada uma reunião no Agrupamento de Escolas Eng.º Fernando Pinto de Oliveira, com a presença dos técnicos da Educação desta CPCJ, elementos da direção do agrupamento, e técnicos da Equipa de Protocolos RSI/ADEIMA, de forma a aferir, uniformizar e esclarecer procedimentos no âmbito da promoção dos direitos das crianças e jovens.

### Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância

Tal como tem vindo a acontecer em anos anteriores, a CPCJ de Matosinhos associou-se à Campanha Nacional do Mês da Prevenção dos Maus-tratos, promovida pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), e que se comemora no mês de abril.

Esta campanha tem como principais objetivos promover os direitos das crianças, relações de proximidade, de afeto, uma parentalidade positiva entre pais e filhos, bem como sensibilizar a comunidade em geral para a importância da prevenção dos maus-tratos na infância e juventude.

Para assinalar esta data, em vários agrupamentos de escolas do concelho de Matosinhos (Perafita, Eng.º Fernando Pinto de Oliveira, Matosinhos, Óscar Lopes, Senhora da Hora, Abel Salazar, e Boa Nova), foi construído pelos alunos um Laço Azul gigante, posteriormente exibido na sede do respetivo agrupamento (Figuras 4 a 8).





Fig. 4 – A.E. Eng.º Fernando Pinto de Oliveira



Fig. 5 – A.E. de Matosinhos



Fig. 6 – A.E. da Sr.ª da Hora



Fig. 7 – A.E. da Sr.ª da Hora



Fig. 8 – A.E. da Sr.ª da Hora

Paralelamente, foi distribuído aos utentes nos Centros de Saúde e IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) do Concelho, uma nota explicativa sobre a Campanha do Laço Azul, juntamente com um laço azul, que poderia ser colocado na lapela (Figura 9). Pretendia-se, desta forma, sensibilizar a comunidade em geral para a importância da prevenção dos maus-tratos na infância e juventude, dando a conhecer a história da avó Bonnie W. Finney.

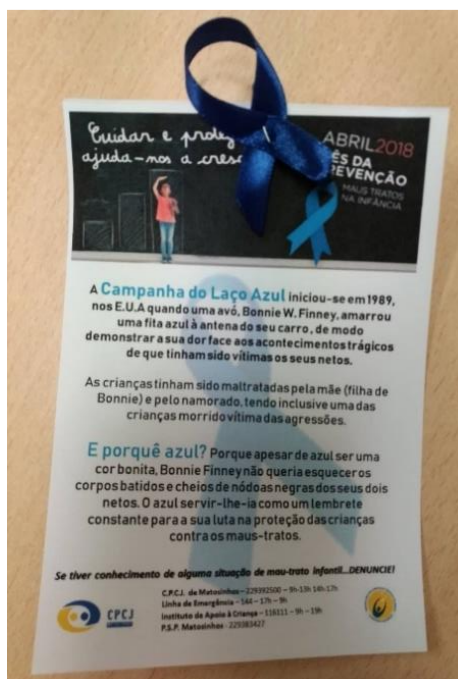


Fig. 9 – Campanha do Laço Azul

Distribuiu-se, ainda, junto de várias instituições do concelho, nomeadamente estabelecimentos de ensino, serviços de saúde, forças policiais, IEFP, entre outras, pósteres para afixação e folhetos informativos para distribuição ao público em geral, sobre a Campanha do Laço Azul.

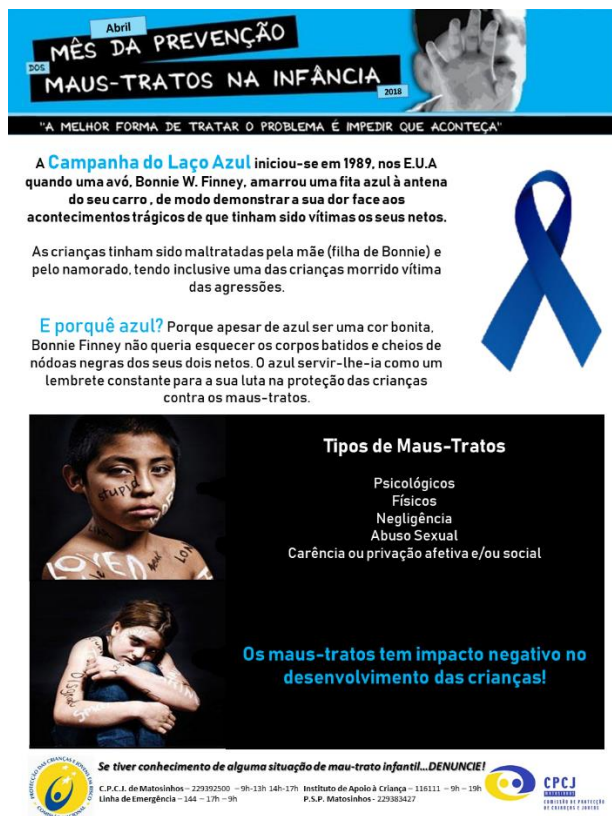


Fig. 10 – Campanha do Laço Azul



## Promoção de Esclarecimento do Trabalho da CPCJ através do Conto João Abraço

Este Projeto foi desenvolvido em 2017, a fim de assinalar o mês da prevenção dos maus-tratos na infância. Pretendeu-se com esta iniciativa elaborar um instrumento de trabalho que permitisse divulgar a forma de atuar e intervir da Comissão, na salvaguarda e proteção dos direitos das crianças, bem como sensibilizar a comunidade para a importância de comunicar situações que configurem risco ou perigo para a criança/jovem, constituindo a CPCJ uma entidade de apoio.

A professora e escritora Sandra Gomes aceitou o desafio e construiu um conto que reflete a alma do trabalho da CPCJ, e assim nasceu o “João Abraço”. Sendo a escola o espaço privilegiado de socialização e deteção dos primeiros indicadores de risco ou perigo, entendeu-se reforçar a sensibilização neste meio, sendo o projeto desenvolvido junto da comunidade escolar. Para além disso, considera-se importante o envolvimento das crianças e jovens em assuntos que lhes dizem respeito.

Neste sentido, foi realizada uma primeira sessão, de leitura e análise do conto “João Abraço”, com uma turma de alunos do 4º ano, do Agrupamento de Escolas de Matosinhos. Em contexto de sala de aula, a história foi explorada pelas técnicas da CPCJ, tendo sido também abordada a Convenção sobre os Direitos da Criança. No final, todas as crianças realizaram um trabalho individual, no qual teriam de fazer um desenho, ou escrever frases, que espelhassem a sua perceção sobre o trabalho desenvolvido pela CPCJ. Na figura 11 constam alguns trabalhos realizados pelos alunos.



Fig. 11 – Trabalhos realizados pelos alunos

### Ação Comemorativa dos 25 anos da CPCJ Matosinhos

A 20 de dezembro de 2018, a CPCJ de Matosinhos organizou uma Ação Comemorativa dos 25 anos da criação da Comissão de Proteção de Menores da Comarca de Matosinhos, pela portaria n.º 150/93 de 10 de fevereiro. Este encontro de comemoração/ reflexão, abordou a temática “Intervenção na área da promoção e proteção de crianças e jovens - aprendizagens do passado e desafios para o futuro”, e teve lugar no Auditório da Obra do Padre Grilo (Figura 12).

Esta iniciativa foi dirigida aos técnicos das diversas entidades com competência em matéria de infância e juventude, e de âmbito social a trabalhar no concelho, e contou com os seguintes ilustres oradores: Dr.ª Luísa Salgueiro, Presidente da Camara Municipal de Matosinhos; Dr. José Ponte, Procurador Geral Adjunto, e primeiro Presidente da Comissão de Proteção de Menores de Matosinhos; Dr. Francisco Maia Neto, Procurador do Tribunal da Relação do Porto; Dr.ª Fernanda Almeida, Coordenadora da Equipa Técnica Regional do Norte da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ); Prof.ª Dr.ª Cristina Dias, investigadora da Universidade do Minho.

Com um total de 66 presenças, esta ação comemorativa permitiu contextualizar o percurso das CPCJ, em especial a CPCJ de Matosinhos. Foram abordados temas como a evolução do sistema jurídico de menores em Portugal, a constituição das comissões, a sua importância ao nível da intervenção, ecos da última alteração legislativa, bem como os desafios inerentes ao trabalho atual das CPCJ.



Fig. 12 – Comemoração 25 Anos da CPCJ de Matosinhos

## Entrega de Livros

No intuito de promover a leitura e o sucesso escolar, foi planeada uma ação de entrega de livros às famílias das crianças e jovens acompanhados por esta CPCJ. Neste sentido, foram contactadas algumas editoras, bem como a distribuidora FNAC, para apoio logístico.

O Grupo Editorial LeYa acedeu ao solicitado, tendo fornecido vários exemplares de 2 livros, designadamente, “Bombeiro dos pés à cabeça”, e “Pafi e o incêndio no parque de merendas”, destinados à faixa etária correspondente ao 1º Ciclo (Figura 13).



Fig. 13 – Exemplares dos livros doados pelo Grupo Editorial LeYa

A empresa EFACEC também demonstrou interesse em participar nesta iniciativa, tendo efetuado recolha de livros junto dos seus trabalhadores, durante a quadra natalícia. Previamente foi remetida uma listagem com sugestões de livros, tendo em conta as diferentes faixas etárias.

## Análise Processual

Os dados seguidamente expostos apresentam uma análise quantitativa dos Processos de Promoção e Proteção (doravante designado por P.P.P.) avaliados pela CPCJ de Matosinhos.

Adicionalmente, são também apresentados dados de caracterização sociofamiliar.

No sentido de se realizar uma análise mais completa e contextualizada relativamente ao volume processual desta CPCJ, optámos por apresentar também os dados referentes ao ano de 2016 e 2017, para que se possa realizar uma análise comparativa.

Tabela 1 – Caracterização Processual – Entrada de Processos

	2016	2017	2018
<b>Transitados ano anterior</b>	757	696	706
<b>Instaurados</b>	604	535	517
<b>Reabertos</b>	174	196	134
<b>Total Entradas</b>	1535	1427	1357

No ano de 2018 foram trabalhados 1357 P.P.P.'s.

Desde o ano de 2013 até ao ano de 2016 que se vinha a verificar um aumento do volume processual, no entanto, esta tendência alterou-se no ano de 2017, onde foram trabalhados menos 108 P.P.P.'s relativamente ao ano anterior, o que não se verifica como sendo um decréscimo significativo. No ano de 2018 a situação mantém-se, verificando-se um novo decréscimo no número de Processos de Promoção e Proteção trabalhados, ainda que, mais uma vez, este não seja significativo relativamente ao ano anterior.

Nos anos de 2016 e 2017 constatou-se que os processos transitados do ano anterior representavam 49% do volume processual global, o que não acontece em 2018, tendo os mesmos aumentado 3%, para uma representação de 52%.

Relativamente aos processos instaurados em 2016 os mesmos correspondiam a 39% do volume processual global, em 2017 diminuíram para 37% e em 2018 aumentaram novamente para 38%.

Quanto aos processos reabertos, em 2016 representaram 12% do total das entradas do volume processual global, em 2017 14% e em 2018 verifica-se um decréscimo para 10%.

Relativamente aos processos instaurados no ano de 2018, 503 são referentes a sinalizações recebidas pela CPCJ de Matosinhos e 14 referentes a transferências de outras CPCJ'S.

Adicionalmente, a CPCJ de Matosinhos realizou 30 pedidos de colaboração efetuados por outras Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, que consistiram em entrevistas às famílias, avaliação das condições sociofamiliares, recolha de consentimentos e assinatura de acordos de promoção e proteção tal como se pode confirmar na tabela 2

**Tabela 2 – Tipologia das Diligências Efetuadas em Pedidos de Colaboração**

<b>Tipologia</b>	<b>2018</b>
<b>Informação</b>	<b>4</b>
<b>Entrevista</b>	<b>33</b>
<b>Relatório</b>	<b>4</b>
<b>Recolha de Assinatura Consentimento</b>	<b>17</b>
<b>Recolha de Assinatura Consentimento Art.º 13</b>	<b>10</b>
<b>Recolha de Não Oposição da Criança/Jovem</b>	<b>1</b>
<b>Visitas Domiciliárias</b>	<b>5</b>
<b>Recolha de Assinatura de Acordo de Promoção e Proteção</b>	<b>15</b>
<b>Visitas a Estabelecimento Prisional</b>	<b>12</b>
<b>Contactos Telefónicos</b>	<b>11</b>
<b>Total</b>	<b>112</b>

Tal como nos anos anteriores, foram rececionadas sinalizações (21 em 2018, 20 em 2017) que não resultaram na instauração de P.P.P., por não se configurarem uma situação de perigo.

**Tabela 3 – Entidades Sinalizadoras**

<b>Entidade Sinalizadora</b>	<b>2016</b>		<b>2017</b>		<b>2018</b>	
	<b>Nº de Processos</b>	<b>%</b>	<b>Nº de Processos</b>	<b>%</b>	<b>Nº de Processos</b>	<b>%</b>
<b>Atendimento dos Serviços de Segurança Social</b>	3	0.19	2	0.14	9	0.66
<b>Autarquia</b>	2	0.13	6	0.42	0	0
<b>Autoridade Policial</b>	397	<b>25.91</b>	350	<b>24.54</b>	<b>302</b>	<b>22.25</b>
<b>CPCJ</b>	22	1.43	30	2.10	21	1.57
<b>Comissão Local de Acompanhamento do RSI</b>	12	0.78	4	0.28	8	0.59
<b>Estabelecimentos de Ensino</b>	131	<b>8.55</b>	117	<b>8.20</b>	<b>121</b>	<b>8.92</b>
<b>Estabelecimentos de Saúde</b>	31	<b>2.02</b>	39	<b>2.73</b>	23	1.70
<b>Familiares</b>	14	0.91	14	0.98	9	0.66
<b>Instituição de Acolhimento (Lar/CAT)</b>	0	0	0	0	2	0.15
<b>IPSS</b>	1	0.06	1	0.07	2	0.15
<b>Mãe</b>	25	1.63	35	<b>2.45</b>	<b>32</b>	<b>2.36</b>

<b>Ministério Público</b>	35	<b>2.28</b>	35	<b>2.38</b>	<b>26</b>	<b>1.92</b>
<b>NACJR (Núcleo de Apoio à Criança e Jovem em Risco)</b>	14	0.91	2	0.14	4	0.30
<b>Pai</b>	27	1.37	13	0.91	17	1.25
<b>Pais</b>			7	0.49	4	0.29
<b>Projetos</b>	3	0.19	6	0.42	7	0.52
<b>Projetos Comunitários</b>	12	0.78	7	0.49	5	0.38
<b>Sem Informação</b>	40	<b>2.61</b>	33	2.31	<b>33</b>	<b>2.45</b>
<b>Tribunal</b>			1	0.07	0	0
<b>Vizinhos e Particulares</b>	5	0.32	11	0.77	11	0.81
<b>Não Aplicáveis</b>	764	<b>49.86</b>	714	<b>50.07</b>	<b>720</b>	<b>53.07</b>
<b>Total Processos</b>	1538	100	1427	100	1357	100

À semelhança dos anos anteriores, as Autoridades Policiais continuam a ser a entidade com maior número de sinalizações, com 22.25% de representação, seguindo-se os Estabelecimentos de Ensino, com 8.92% de sinalizações. Já no que concerne à 3.ª entidade mais sinalizadora, assiste-se ao reverter da situação do ano transato, em que os Estabelecimentos de Saúde correspondiam à 3ª entidade sinalizadora, voltando então as sinalizações anónimas (Sem Informação) a esse mesmo 3º lugar, com uma representação de 2,45%. Note-se que as sinalizações efetuadas pelas mães assumem uma representação bastante próxima (2,36%) das denúncias anónimas.

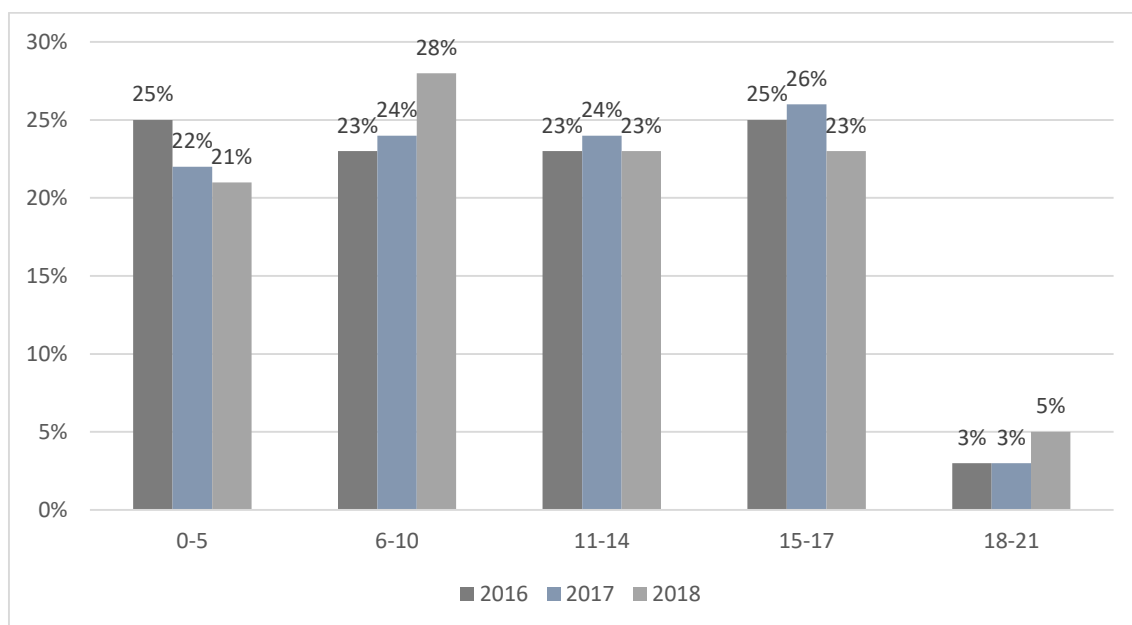
No respeitante à Entidade sinalizadora denominada de “Não Aplicáveis”, cuja representação é superior a metade das sinalizações, reporta-se a processos de Promoção e Proteção transitados do ano anterior, não sendo contabilizados no presente ano, uma vez que já o foram no relatório de atividades relativo ao ano de 2017.

Tabela 4 – Processos Instaurados e Reabertos por Faixa Etária

	Ano	2016	2017	2018
<b>Faixa Etária</b>				
<b>0-5</b>		151	156	130
<b>6-10</b>		141	173	176
<b>11-14</b>		136	171	146
<b>15-17</b>		153	185	149
<b>18-21</b>		21	23	34
<b>Total</b>		602	708	635*

\*Existem mais 16 processos instaurados, não caracterizados nesta tabela, uma vez que não dispomos ainda da data de nascimento destas crianças/jovens (P.P.P. Instaurados + P.P.P. Reabertos = 651)

Gráfico 1 – Percentagem de Processos Instaurados e Reabertos por Faixa Etária



Tal como se verifica na tabela 4 e no gráfico 1, à exceção da faixa etária dos 18-21, em que a lei determina a cessação da intervenção da Comissão a menos que o jovem deseje a sua continuidade, a distribuição da idade dos processos instaurados e reabertos é igualitária, tal como aconteceu no ano anterior.

No ano de 2017, a maior variação relativamente ao ano de 2016 verificou-se na faixa etária 0-5, onde existiu um decréscimo de 5%. Já em 2018 a maior variação relativamente ao ano de 2017 verifica-se na faixa etária dos 6-10, com um acréscimo de 4%, embora tais diferenças não se mostrem significantes.

Tabela 5 – Processos Instaurados e Reabertos por Faixa Etária/Sexo

	Ano		
		2018	
	Masculino	Feminino	Total
<b>Faixa Etária</b>			
<b>0-2</b>	33	31	64
<b>3-5</b>	23	43	66
<b>6-8</b>	45	48	93
<b>9-10</b>	45	38	83
<b>11-14</b>	69	77	146
<b>15-17</b>	78	71	149
<b>18-21</b>	21	13	34
<b>Total</b>	314	321	635

\*Existem mais 16 processos instaurados, não caracterizados nesta tabela, uma vez que não dispomos ainda da data de nascimento destas crianças/jovens (P.P.P. Instaurados + P.P.P. Reabertos = 651)

No que diz respeito ao sexo das crianças/jovens dos processos instaurados e reabertos, verifica-se uma distribuição equilibrada, com a exceção da faixa etária 3-5, em que 65% são crianças/jovens do sexo feminino e dos 18-21 em que 62% são do sexo masculino.

Tabela 6 – Volume Processual Global por Faixa Etária

	2016		2017		2018	
	Nº de Processos	%	Nº de Processos	%	Nº de Processos	%
<b>Faixa Etária</b>						
<b>0-5</b>	289	19	285	20	261	19
<b>6-10</b>	322	21	325	23	326	24
<b>11-14</b>	345	23	311	22	314	23
<b>15-17</b>	473	31	383	27	346	26
<b>18-21</b>	103	6	123	8	110	8
<b>Total</b>	1532	100	1427	100	1357	100

Tabela 7 – Volume Processual Global por Faixa Etária/Sexo

	Ano		2018
	Masculino	Feminino	
<b>Faixa Etária</b>			
<b>0-2</b>	56	52	108
<b>3-5</b>	71	82	153
<b>6-8</b>	87	82	169
<b>9-10</b>	81	76	157
<b>11-14</b>	161	153	314
<b>15-17</b>	179	167	346
<b>18-21</b>	65	45	110
<b>Total</b>	700	657	1357

Tal como se pode constatar na tabela 6 no que concerne à idade das crianças/jovens avaliadas e/ou acompanhadas, e à semelhança do que acontece nos anos anteriores, verifica-se um grande equilíbrio na sua distribuição pelas diferentes faixas etárias.

Já na tabela 7 e relativamente ao sexo das crianças/jovens avaliados e/ou acompanhados, verifica-se que mais uma vez esta distribuição é bastante igualitária, tendo sido avaliados/accompanhados 700 menores do sexo masculino (51.584%) e 657 do sexo feminino (48.415%).



Tabela 8 – Problemáticas Sinalizadas Por Faixa Etária

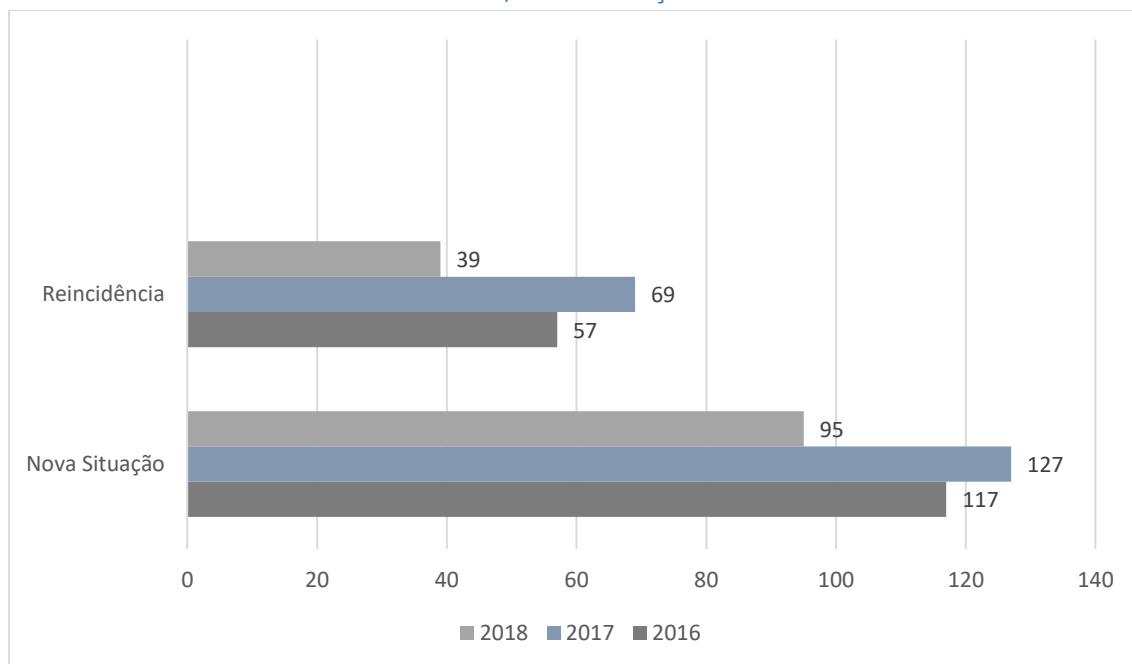
	0-5	6-10	11-14	15-17	18-21	Total
<b>Mau trato Físico</b>	7	6	7	2	1	<b>23</b>
<b>Mau trato psicológico ou indiferença afetiva</b>	10	24	9	3	1	<b>47</b>
<b>Negligência</b>	34	35	26	16	4	<b>115</b>
<b>Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança</b>	75	88	44	30	2	<b>239</b>
<b>Está aos cuidados de terceiros</b>	0	0	0	1	0	<b>1</b>
<b>Abuso sexual</b>	0	0	1	0	0	<b>1</b>
<b>Prática de facto qualificado na lei penal como crime para crianças com idade inferior a 12 anos</b>	0	8	7	2	0	<b>17</b>
<b>Abandono/absentismo escolar</b>	0	2	12	35	15	<b>64</b>
<b>A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada</b>	0	12	39	60	11	<b>122</b>
<b>Criança abandonada ou entregue a si própria</b>	1	1	0	0	0	<b>2</b>
<b>Outras situações de perigo</b>	3	0	1	0	0	<b>4</b>
<b>Total</b>	130	176	146	149	34	<b>635</b>

No ano de 2018, a problemática mais sinalizada foi, à semelhança do ano anterior, a “Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança” (ECPCBEDC), com uma representação de 37.64%, com maior incidência na primeira infância (0-10 anos). Dentro desta problemática, destaca-se a exposição a episódios de violência doméstica, cuja representação é de 81.59%, sendo a restante percentagem distribuída por outros comportamentos como consumos (álcool e estupefacientes), prostituição e outros.

Relativamente ao ano anterior verifica-se uma inversão das problemáticas que ocupavam o segundo e terceiro lugar. Assim, em 2017 a segunda problemática mais sinalizada foi a negligência e a terceira a “A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento”. Já em 2018, esta última assume o segundo lugar, com uma representação de 19.21% e a negligência ocupa o terceiro lugar, com uma representação de 18.11%.

Importa salientar que ao nível dos comportamentos desajustados assumidos pelos jovens, verifica-se o predomínio da faixa etária 15-17 cujo valor é praticamente igual ao somatório das sinalizações nas restantes faixas etárias (a saber, 60 e 62, respetivamente).

Gráfico 2 – Reaberturas – Reincidência/Nova Situação

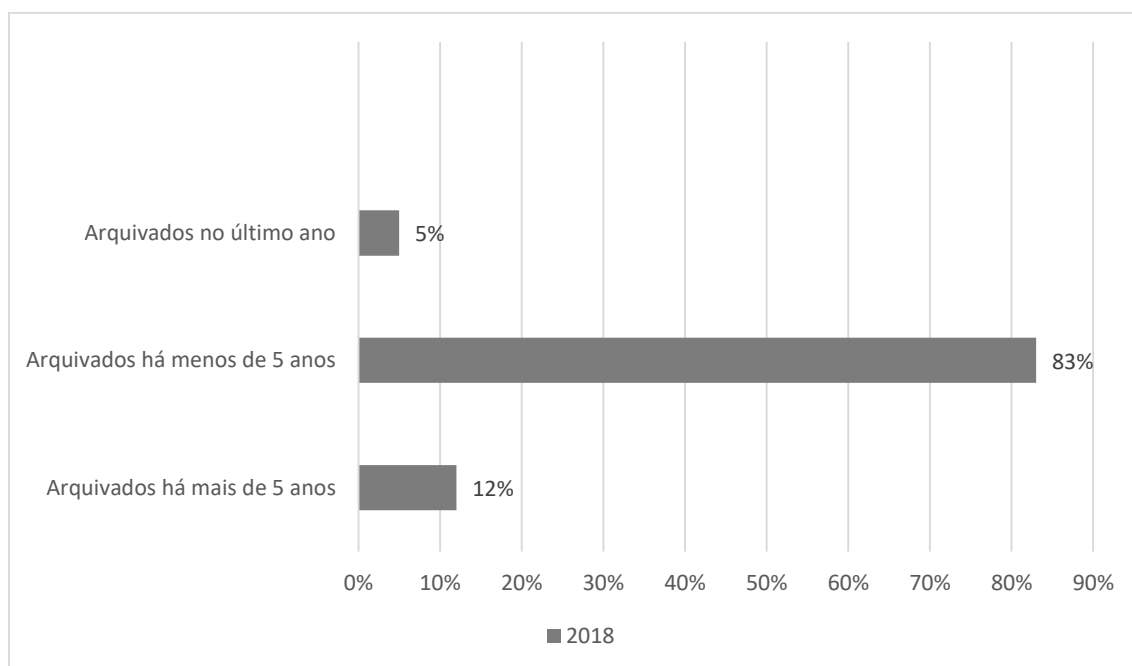


Relativamente aos processos reabertos, e tal como já foi referido anteriormente, estes corresponderam a 10% do volume processual global do ano de 2018, a 14% do volume processual global do ano de 2017 e a 12% do volume processual global do ano de 2016.

De acordo com o gráfico 2, verifica-se que os processos são reabertos, na sua maioria, por motivos diferentes ao que tinha acontecido aquando da sua abertura/reabertura, tendo o mesmo ocorrido nos dois últimos anos. Com efeito, dos 134 processos que foram reabertos no ano de 2018, 95 foram sinalizados por um motivo diferente do motivo inicialmente sinalizado, o que corresponde a 71% do total de processos reabertos.

No total das situações correspondentes a reaberturas, verifica-se uma ligeira diminuição dos processos reabertos comparativamente ao ano anterior, no entanto tal não representa uma alteração significativa quer em termos do seu peso no volume processual global, tratando-se de uma diferença de 4%.

Gráfico 3 – Reaberturas – Arquivamento anterior



Ainda no que diz respeito às situações de reabertura do ano de 2018, importa referir que 16 dos processos reabertos correspondem a situações arquivadas antes de 2013, com uma representação de 12%, 111 foram arquivados entre 2013 e 2017, representando 83% e 7 a situações arquivadas em 2018, correspondendo a 5% do volume dos processos reabertos. Salienta-se a diminuição dos processos reabertos cujo arquivamento teve lugar também no próprio ano, sendo que em 2018 falamos de 5% e em 2017 de 35%.

Das 7 situações reabertas no mesmo ano de arquivamento, ou seja, 2018, apenas 2 foram reabertas pelo mesmo motivo da primeira sinalização, representando 28%, o que se traduz num aumento de 1% relativamente ao ano anterior, o que mais uma vez não pode ser tido como uma alteração significativa.

Tabela 9 – Medidas de Promoção e Proteção Acompanhadas

	Medidas Provisórias			Medidas Definitivas			Total		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
<b>Apoio Junto dos Pais</b>	8	8	8	536	472	444	544	480	452
<b>Apoio Junto de Outro Familiar</b>	16	15	13	55	53	59	71	86	72
<b>Apoio Junto de Pessoa Idónea</b>	0	0	1	2	2	4	2	2	5

<b>Apoio Para Autonomia de Vida</b>	0	0	0	8	7	3	8	7	3
<b>Acolhimento Residencial</b>	6	2	0	44	39	26	50	52	26
<b>Total</b>	30	25	22	645	573	536	675	627	558

Em 2018 foram aplicadas menos medidas de promoção e proteção do que no ano anterior, assistindo-se a um decréscimo a este nível, acompanhando a diminuição do volume processual global.

Continua a verificar-se o predomínio das Medidas em Meio Natural de Vida, com primazia para 'Apoio Junto dos Pais', representativa de 81% das medidas de Promoção e Proteção acompanhadas. Salienta-se, ainda, a diminuição de acompanhamento ao nível da medida de Acolhimento Residencial, representando apenas cerca de 5% das medidas acompanhadas.

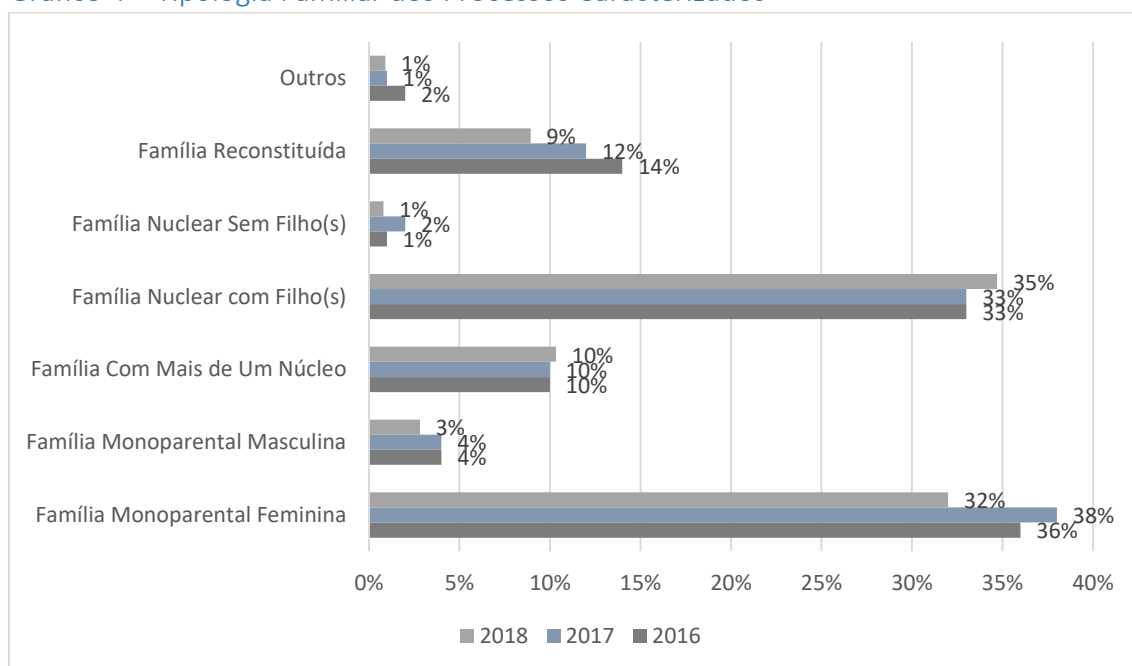
Tabela 10 – Processos Arquivados por Motivo

	2016	2017	2018
<b>Arquivamentos Liminares</b>	<b>19</b>	<b>30</b>	<b>21</b>
<b>Arquivamentos em sede CPCJ</b>	<b>570</b>	<b>475</b>	<b>492</b>
Ausência de Situação de Perigo	373	272	324
		Não subsiste	227
		Não se Confirma	97
Cessação da Medida Aplicada	121	143	113
Atingiu a Maioridade e Não Solicitou a Continuação da Intervenção	52	30	37
Passaram a Residir Fora de Portugal	16	21	9
Abertura de Processo Indevidamente por Informação Incorreta	8	9	9
<b>Remessa a Tribunal</b>	<b>206</b>	<b>195</b>	<b>169</b>
Ausência e Retirada de Consentimento para a Intervenção	129	124	118
Oposição da Criança/Jovem	10	5	7
Indisponibilidade de Meios	3	8	4
Procedimentos de Urgência	4	6	3
Incumprimento Reiterado	24	12	21
Apensação a Processo Judicial	25	16	12
Ausência de Acordo	8	7	2
Ausência de Decisão após 6 meses	0	0	2
Por Solicitação do MP nas situações previstas no art.º 11 n.º2	2	10	0
Abuso Sexual nas situações previstas no art.º 11, n.º1, b)		7	0
Sinalização Tribunal Competente	1	0	0
<b>Encaminhamento para ECMIJ</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Remessa para CPCJ Competente</b>	<b>35</b>	<b>17</b>	<b>20</b>
<b>Total</b>	<b>831</b>	<b>717</b>	<b>702</b>

No ano de 2018, foram arquivados 702 processos de Promoção e Proteção, correspondentes a 52% do volume processual global, o que representa um acréscimo de 2% relativamente ao ano anterior.

Destes processos, 169 foram remetidos a Tribunal, o que corresponde a 24%, tendo estes diminuído relativamente ao ano anterior (2017 – 27%). O motivo de ausência ou retirada de consentimento para a intervenção da CPCJ, mantem-se como a principal razão para a remessa dos P.P.P.'s a tribunal.

Gráfico 4 – Tipologia Familiar dos Processos Caracterizados



Relativamente à tipologia dos agregados familiares acompanhados nesta CPCJ, verifica-se que, contrariamente ao sucedido no ano de 2017, a tipologia mais acompanhada é a Família Nuclear com Filhos, com uma representação de 35%, seguindo-se a Família Monoparental Feminina com uma representação de 32%, tendo diminuído 6 pontos percentuais relativamente ao ano de 2017. Verifica-se, ainda, a diminuição das Famílias Reconstituídas (9%) e das Famílias Monoparentais Masculinas (3%).

Gráfico 5 – Caracterização do Apoio Sócio Educativo das Crianças avaliadas e/ou acompanhadas dos 0 aos 5 anos

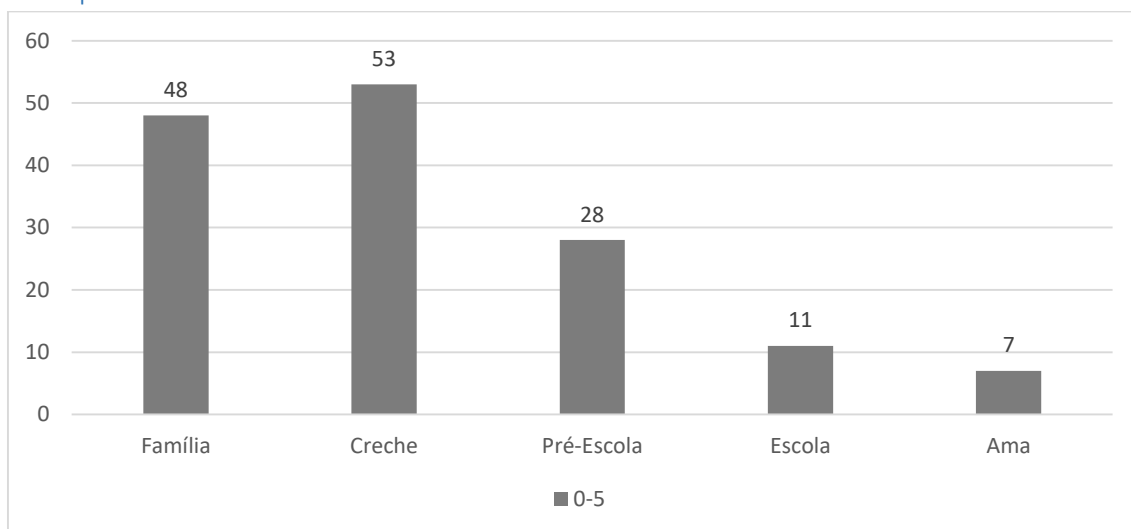
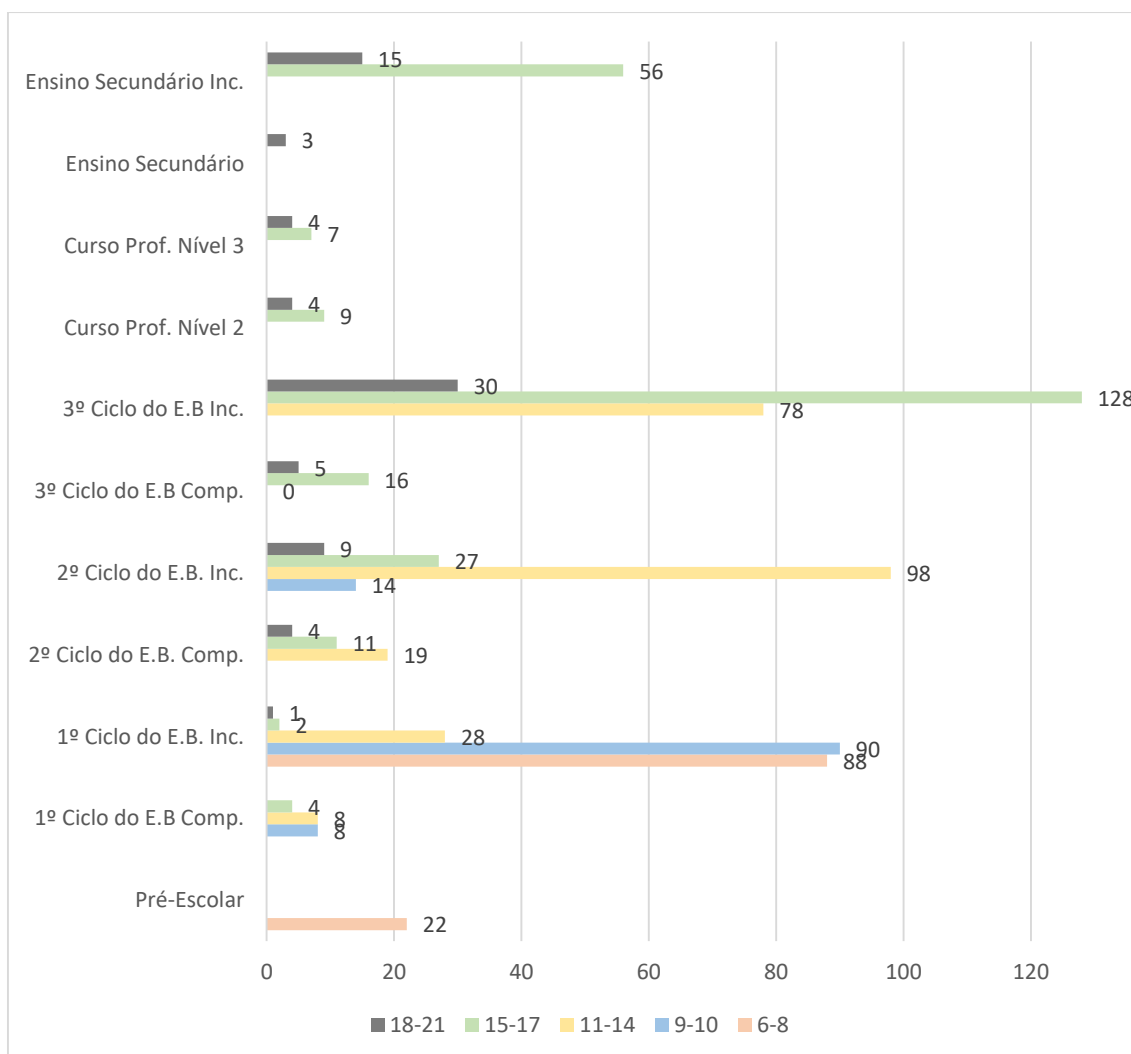


Gráfico 6 – Grau de Escolaridade das Crianças e Jovens avaliadas e/ou acompanhados dos 6 aos 21 anos



Os dados dos gráficos 5 e 6, são referentes aos processos avaliados e acompanhados no ano de 2018.

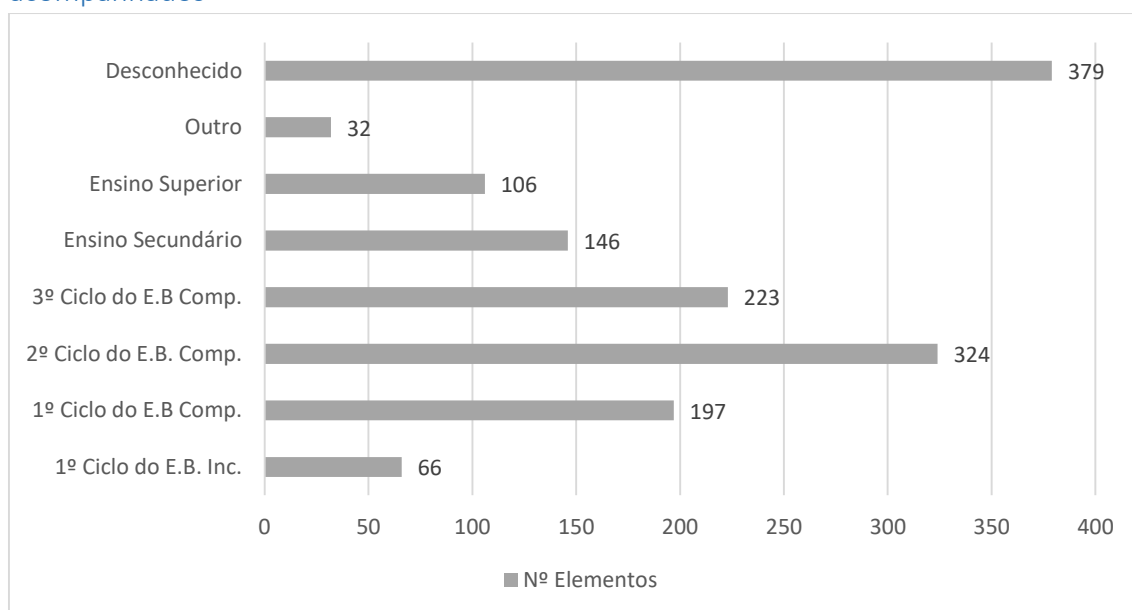
Relativamente ao enquadramento sócio educativo das crianças da faixa etária dos 0 aos 5 anos, verifica-se, tal como no ano passado, que a maioria ou se encontra integrada em creche, quer seja em rede pública, lucrativa ou IPSS (53) ou aos cuidados da família (48), em particular com a mãe (29).

Relativamente às crianças em idade escolar constata-se o seguinte:

- 6 aos 8 anos - a maior parte encontra-se a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico;
- 9 aos 10 anos - verifica-se que 87 crianças continuam com o 1º ciclo ensino básico incompleto, estando 14 a frequentar o 2º ciclo;
- 11 aos 14 anos - a sua maioria (98) possui o 2º ciclo do ensino básico incompleto, 77 o 3º ciclo incompleto e os restantes possuem apenas o 1º ciclo;
- 15 aos 17 anos - a sua maioria (128) possui o 3º Ciclo do Ensino Básico Incompleto, encontrando-se ainda a frequentar este ciclo;
- 18 aos 21 anos - os jovens possuem, na sua maioria, o 3º Ciclo do Ensino Básico Incompleto.

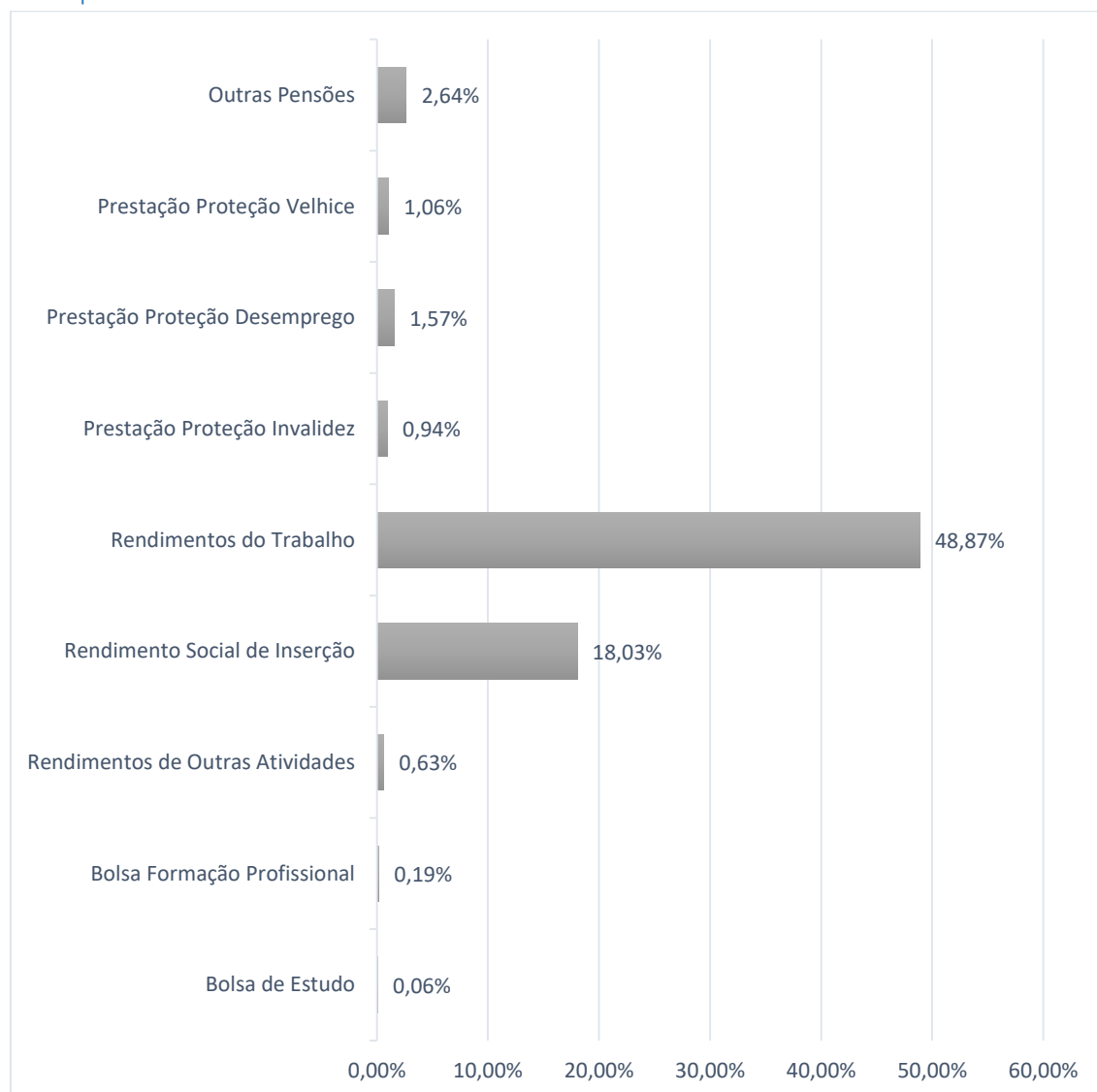
Acerca da escolaridade das crianças/jovens acompanhadas, importa referir que não existem diferenças significativas relativamente ao ano anterior, mantendo-se o mesmo padrão.

Gráfico 7 – Grau de Escolaridade dos Elementos do Agregado Familiar avaliados e acompanhados



O presente gráfico diz respeito à escolaridade dos elementos adultos dos agregados familiares das crianças/jovens acompanhados. Assim, constata-se o predomínio do 2º Ciclo do Ensino Básico, com uma representação de 21%, seguido do 3º Ciclo do Ensino Básico, cuja representação é de 14%. Paralelamente, verifica-se um aumento do número de elementos com o 1º Ciclo do Ensino Básico Incompleto (66) relativamente ao ano de 2017 (56)

Gráfico 8 – Tipo de Rendimentos dos Elementos dos Agregados Familiares avaliados e acompanhados



Os rendimentos provenientes do trabalho são a fonte de rendimento de cerca de 49% dos agregados acompanhados no ano de 2018, seguindo-se a prestação pecuniária de RSI, cuja percentagem é de 18% de representação. Os restantes 33% dos agregados familiares subsistem com outras fontes de rendimento, como prestações sociais, bolsas de estudo/formação e rendimentos de outras atividades.



## Outros dados relevantes

Tabela 11 – Distribuição do Volume Processual por União de Freguesias

		N.º de Processos	%	
			2017	2018
<b>Custóias, Leça do Balio e Guifões</b>		<b>410</b>	<b>28</b>	<b>30</b>
	Custóias	182		
	Leça do Balio	118		
	Guifões	110		
<b>Matosinhos e Leça da Palmeira</b>		<b>412</b>	<b>30</b>	<b>30</b>
	Matosinhos	311		
	Leça da Palmeira	101		
<b>Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo</b>		<b>192</b>	<b>15</b>	<b>14</b>
	Perafita	119		
	Lavra	50		
	Santa Cruz do Bispo	23		
<b>S. Mamede de Infesta e Senhora da Hora</b>		<b>343</b>	<b>27</b>	<b>26</b>
	S. Mamede de Infesta	205		
	Senhora da Hora	138		
<b>Total</b>		<b>1357</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

A tabela 11 apresenta a distribuição do volume processual Freguesia/União de Freguesia.

A União de Freguesia com mais P.P.P.'s acompanhados continua a ser Matosinhos e Leça da Palmeira, seguindo-se Custóias, Leça do Balio e Guifões, traduzindo-se numa diferença de 2 processos.

Mais salientamos não existirem diferenças significativas relativamente ao ano anterior.

## Considerações Finais

Ao nível do volume processual, desde 2016 que se tem vindo a verificar uma diminuição do número de processos instaurados. Em 2018 em particular, uma vez que volume processual global foi menor, ainda que os processos instaurados também tenham diminuídos, estes assumem uma representação percentual maior do que no ano anterior.

Ao contrário do ano anterior, verificou-se um decréscimo nos processos reabertos, o que se traduziu numa diferença de 4% relativamente ao ano de 2017.

Na sequência do Decreto-Lei n.º 139/2017, de 10 de novembro, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens passou a beneficiar de autonomia administrativa, com orçamento próprio, podendo transferir verbas do mesmo para os municípios e outras entidades, o que permitiu apoiar esta Comissão na contratação de 3 técnicos, ao abrigo do art.º n.º 20 – A, da Lei 142/15 de 8 de setembro, no ano de 2017, através de um protocolo estabelecido entre a Comissão Nacional e a ADEIMA. Este apoio manter-se-á no ano de 2019.

Tal como tem vindo a acontecer em anos anteriores também no ano de 2018 a CPCJ de Matosinhos vivenciou situações de alterações e redução de técnicos, provocando constrangimentos ao nível da intervenção e constituindo-se um fator de instabilidade ao nível do acompanhamento dos processos de promoção e proteção e do trabalho de equipa desta Comissão.

Os dados estatísticos constantes neste relatório, que são parte integrante do Relatório de Avaliação da Atividades das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), são uma ferramenta para melhor conhecer a realidade. Este conhecimento, para que possa vir a definir políticas públicas, deve ser profundo, pelo que é intenção da mesma contar com uma aplicação informática que permita conhecer melhor a realidade. Esta aplicação informática, será ainda uma ferramenta fundamental para acompanhamento e monitorização da futura Estratégia Nacional para os Direitos das Crianças e uma base que permitirá desenvolver estudos científicos que serão a génese do Observatório dos Direitos das Crianças que a CNPDPCJ pretende implementar.

Tal como tem vindo a ser referido, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, para além do trabalho desenvolvido ao nível da proteção, têm por competência desenvolver trabalho na área da prevenção. Para o efeito, a CPCJ de Matosinhos, pretende, no ano de 2019 desenvolver algumas ações, dotando a comunidade de conhecimento sobre os direitos da criança e dar a

conhecer a Lei de Proteção e o papel da CPCJ do sistema. Considera-se importante transmitir uma imagem positiva das Comissões para que sejam vistas como entidade de apoio. Assim, pretende-se investir na área da prevenção, no sentido de cada vez mais reduzir o número de crianças e jovens em perigo, contribuindo para a criação de um Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos de Crianças e Jovens.

## Referências Bibliográficas

Decreto-lei nº 147/99 de 1 de Setembro – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo;

Magalhães, T. (2004). Maus tratos em crianças e jovens. Coimbra: Quarteto Editora;

Santos, B. (1925). Regime jurídico dos menores delinquentes em Portugal. Coimbra: Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Ano VIII;

Lopes, J.T.; Carmo, D. (2001). *A Tutoria do Porto – Estudo sobre a morte social temporária*. Porto: Edições Afrontamento;

Guia de orientação para profissionais de acção social na abordagem de situações de perigo (2010);

Ramião, T. (2010). Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada e Comentada. Lisboa: Quid Juris.

Matosinhos, 21 de fevereiro de 2019

Os elementos da Comissão Restrita